

---

**D**e gestos delicados, voz suave e com uma firmeza incomparável, Maria Lucia Fattorelli, Auditora Fiscal aposentada da Receita Federal do Brasil, dá uma aula de cidadania, de amor ao Brasil e à sociedade nesta entrevista exclusiva à Revista Seguridade Social e Tributação. Pautada em princípios e valores morais muito bem definidos, Fattorelli, depois de uma vida profissional dedicada à fiscalização federal, deixa sua marca à frente da coordenação da Auditoria Cidadã da Dívida.

Ao assumir com afinco a árdua missão de promover uma revolução no processo orçamentário, cobrando das autoridades competentes a realização de uma auditoria na dívida pública, Fattorelli mergulhou em grandes desafios, especialmente porque se trata de uma batalha contra grandes e fortes interesses do mercado, fundamentados em cartilhas do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial.

O Brasil, além de nunca ter cumprido a determinação constitucional da auditoria na dívida pública, tem caminhado para cumprir os interesses do mercado, instituindo reformas estruturantes que penalizam sobretudo os trabalhadores. É contra esse desmonte do Estado que a Auditoria Cidadã da Dívida esclarece a sociedade, esmiúça termos técnicos, desmembra números e coloca às claras uma verdade estupefacente.

### ***1 – Como surgiu a Auditoria Cidadã da Dívida? Quando e como foi a idealização dessa luta? Quem deu o pontapé inicial deste trabalho?***

O pontapé foi dado pelos movimentos sociais na década de 90. Foi uma década em que os salários dos servidores ficaram congelados por um longo período. Tivemos a privatização brutal de 70% do patrimônio público nacional e o aumento da pobreza no país, com índices péssimos. Na época, liderados principalmente pelos movimentos sociais ligados a igrejas, começou-se a buscar qual era a mãe daquelas dívidas sociais, da redução do investimento público -principalmente em educação e saúde-, da perda de patrimônio e, apesar de todo

esse sacrifício, ocorrer a explosão da dívida pública. Onde estava o problema? A CNBB, juntamente com diversos movimentos sociais, e a OAB lideraram uma série de eventos que aconteceram no Rio de Janeiro e que culminaram com um grande plebiscito nacional popular realizado no ano 2000. Olha que naquela época não existia whatsapp, redes sociais, nada disso. Era coleta de votos com mesinha na rua, nas igrejas etc. Conseguimos coletar mais de 6 milhões de votos. Na época eu era presidente do Unafisco Sindical em Belo Horizonte, Minas Gerais (atual DS/BH).

Pouco tempo antes, o Fisco Fórum já havia pautado essa questão da dívida. Naquela época, criamos o Fisco Fórum para debater a reforma tributária e os motivos pelos quais o funcionalismo público estava com o salário congelado. Para responder a essa questão, buscamos analisar o orçamento público e nos deparamos com a destinação de quase metade dos recursos do orçamento federal para o pagamento de juros e amortizações da dívida, e ninguém sabia responder que dívida era essa. Devido a essa relação, foi grande o apoio dos sindicatos à realização do plebiscito.

Uma das perguntas do plebiscito era justamente essa: você concorda em continuar pagando a dívida sem realizar a auditoria que está prevista na Constituição? Após o plebiscito, com respaldo de mais de 6 milhões de pessoas, e da Constituição, foi criada a Auditoria Cidadã da Dívida. Como eu já vinha participando de movimentos sociais, era auditora de profissão e o tema proposto era auditoria, o grupo me pediu para coordenar os trabalhos.

### ***2 – Qual a importância dessa auditoria para as contas públicas?***

É muito importante. Como mencionei, quase metade do orçamento federal todo ano é destinado ao pagamento de juros e amortizações da dívida. O problema da dívida também afeta os orçamentos estaduais e de diversos municípios. Quando criamos o movimento e começamos a investigar, fomos atrás das autorizações do Senado para a contratação de dívida pública; buscamos contratos,